



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2022:

---Aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Esposende, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Esposende, sob a presidência do Arq. António Benjamim da Costa Pereira, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os senhores Vereadores:

Eng.º Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio,
Eng.ª Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Eng.º Luís António Sequeira Peixoto,
Dr. António Sérgio Moreira Mano,
Dr. Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Dr.ª Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.

---A reunião foi secretariada por Mafalda Sofia Miguéis dos Santos Ferreira, Licenciada e Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos da Câmara Municipal.-----

---Sendo dez horas e dez minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.-----

---Nos termos do disposto no artigo segundo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o período de antes da ordem do dia, tendo começado por referir alguns assuntos prévios, nos seguintes termos:

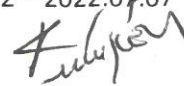
“Tenho aqui algumas notas mais informativas. Dar nota do que aconteceu ontem, em que recebemos os Investidores da Vanguard, que adquiriram a Ooty e pretendem elevar o investimento até aos 25 milhões de euros. É talvez o maior investimento no concelho nas últimas décadas.

Da nossa parte fizemos o nosso papel, mostrando toda a abertura, só para termos uma noção, é o maior investimento imobiliário neste momento no país.

Tudo aquilo que é imobiliário bom, coisas com nível, e nos melhores locais, eles compram o que é melhor e investem, e o investimento nesta empresa, teve a ver com a estratégia deles. Querem que seja como na Comporta, seja praticamente tudo em madeiras, etc. Eu acho que é um investimento fantástico, há de ser com toda a certeza uma empresa de referência, porque está alavancada por um fundo tremendo, com muito dinheiro. Nós fizemos uma apresentação do município, daquilo que é o projeto de desenvolvimento do município, apresentamos alguns projetos que temos mesmo em concreto para perceber se eles estavam disponíveis para nos ajudar e para colaborar connosco. Estas empresas chegam aos locais onde chegam e colaboram a sério. Só para vos dar uma nota, no negócio dos terrenos da Comporta, a Câmara de Alcácer do Sal, recebeu 10 milhões de euros de IMT e agora vai ganhar ainda mais com a venda. São imóveis vendidos por muito dinheiro.

Aquilo praticamente, colocou o município de Alcácer do Sal numa situação de desafio financeiro completo, só à conta disso, daí que esta nossa luta por investimentos, não é para dar dinheiro a ganhar a A ou a B, é preciso pensar em nós. Por exemplo o caso de Cascais, estava a explicar isso, eles fecham as contas anuais com um superavit de 80 milhões de euros, é quase insultuoso, eles podem ter transportes gratuitos, comprar tudo e mais alguma coisa, pois, eles só no imobiliário, nas transações, é que não é ganhar só na compra, é ganhar toda a





vida, cada vez que um imóvel é transacionado, cada vez que uma casa daquelas é vendida por três, quatro, cinco milhões de euros, o IMT cai na Câmara, claro que isto depois permite ter políticas sociais e resolver a vida a toda a gente que tem dificuldades, porque as Câmaras têm dinheiro. Nós temos que pensar sempre muito nisso, e manter esta luta por trazer investidores para cá, isso é muito importante e, neste caso em concreto, tenho a certeza que em termos de empregabilidade isto vai ser muito bom para o nosso território, e não é só isso, uma empresa destas, não é apenas uma empresa, é um polo, que depois é agregador de outras empresas que trabalham para esta empresa. É muito normal que junto desta empresa, se fixem outras, que vão produzir as caixilharias, que vão fornecer outro tipo de produtos, no fundo fazem um cluster ligado a esta área da construção modular, que é claramente uma área do futuro. Dentro de umas décadas a construção vai evoluir para esta situação de construção modular, a construção tradicional vai ter tendência a acabar, por tudo o que nós já sabemos desse setor, as dificuldades de mão-de-obra, o custo dos materiais, etc, isto tem que ser tudo muito mais rápido, operacionalizado, standardizado, para que a casa saia muito mais barata, e não de haver produtos top, de primeira linha que não custam milhões, e não de haver produtos mais baratos, para aquelas pessoas que precisam de uma casa com condições, e que só têm cem mil euros, cento e cinquenta mil euros, ou que nem isso têm, terá que haver aqui mecanismos de apoio, mas, com toda a certeza é essa a evolução e é muito favorável. Eu penso que é um salto de gigante, porque uma casa, numa empresa devidamente montada, podem sair uma casa por dia, ou duas casas por dia, é só preparar. Aqui, para fazer uma casa demora dois anos, contrata o empreiteiro, falta hoje, falta amanhã, etc. E isto com tendência para ser tudo robotizado, ou seja, a precisar de muito pouca mão-de-obra, e ser mão-de-obra qualificada, portanto, chegou a era na construção civil, da industrialização da construção, não tenho dúvida nenhuma. Haverá sempre exceções, como é evidente, mas vão ser bem pagas, quem as quiser vai pagar bem. Dizendo com isto que, nós estamos na linha da frente, vamos dizer assim, com uma indústria destas.

De repente, posicionamo-nos, e isto tem que se deixar aqui um louvor ao Nuno, que é com ele que começa isso da Ooty, começa com um projeto muito pequeno, uma ideia só, desenvolve um produto e chega ao ponto de conseguir negociar com gente deste calibre, para investir aqui.

Este é que é o empreendedor, a definição de empreendedor é o que aquele jovem fez. É começar do nada, ter uma ideia, desenvolver a ideia, desenvolver o produto, conseguir produzir alguns elementos desse produto, alguns exemplares, conseguir vender, conquistar algum mercado internacional, mesmo só ele, e de repente arranjar um grande grupo que se interessa e que vai catapultar o negócio para a frente, isso é que é o conceito, a explicação do empreendedor.

Isto para dizer que estamos muito satisfeitos, eles mostraram muita abertura, posso dizer que vamos articular isto agora aqui com a Eng.^a Alexandra, que inclusive, eles têm um livro sobre sustentabilidade e querem oferecer desde já 1500 exemplares, nós vamos entregar aos miúdos das escolas, vamos fazer isso talvez mais lá para a frente, se calhar no arranque do ano letivo, não vale a pena precipitarmo-nos e fazermos isso agora, até porque, estão de férias, mas no início do ano letivo vamos fazer isso. Vamos ver de que forma ainda, mas eles oferecem, e importa dizer que nós não demos a esta gente nada, absolutamente nada até hoje.

A isenção que demos foi ainda ao Nuno, no início, aquela isenção na aquisição do imóvel. A esta gente não demos absolutamente nada, e eles mostraram-se disponíveis para colaborar nisto e noutros projetos que lhes apresentamos.

Eles querem melhorar aquelas instalações e tentar alargar se possível.

Fico muito satisfeito, isto é muito bom e permite-nos, eventualmente no futuro, conseguir dinheiro para alavancar as políticas sociais que temos.

Lançamento do concurso do Parque Desportivo, felizmente ao fim deste tempo todo, eu já falei





disto várias vezes, não tinha sido possível, agora foi mesmo. Já está lançado, saiu no Diário da República na segunda-feira, saiu no Jornal Oficial da União Europeia na terça, e foi ontem já, para a plataforma, portanto, está oficialmente lançado o concurso, são quinhentos e qualquer coisa, mil euros, para construir. Já agora, deixar só uma nota, porque li alguns comentários nas redes sociais, e a gente não vai lá dar explicações, mas posso dá-las aqui, como é evidente, o projeto para a zona em que está, primeiro, nós não avançamos, por isso é que demorou tanto tempo, sem primeiro ter uma conversa com o ICNF, com a APA, isso já foi tudo devidamente articulado, senão, não faria qualquer sentido, estar a avançar e depois ser tudo chumbado à frente. Aquilo que nós pretendíamos, é um projeto que tem muito pouco edificação.

Estamos a falar de construir campos relvados naturais, quando muito poderá haver um sintético mas nós ainda vamos ver, os outros três serão naturais.

Todas as construções serão em madeira e não serão de caráter fixo no terreno, e não haverá abate de árvores, nem nada disso. O sítio onde vão ser construídos os campos de futebol, é na fase 1, que aparece naquela imagem, e é junto à Estrada Nacional, onde só tem campos agrícolas, não tem lá árvores nenhuma. Em toda a parte do Pinhal, era o que faltava, demolir ou derrubar, é precisamente para utilizar todo o potencial de percursos, de elementos naturais também a incluir, é só isso, não vamos derrubar nada, nem destruir nada em termos ambientais, muito pelo contrário. Aquilo que são campos agrícolas, passarão eventualmente a ser campos de relvados, em termos de impermeabilidade do solo é igual, e portanto, terá uma ou outra infraestrutura, tem que ter, mas aquilo que foi definido, até as próprias bancadas não é para construir um estádio como por exemplo o de Fão, ou de Marinhas, ou até o de Esposende, não é nada disso, são sobrelevações em terra, com os degraus assentes diretamente no solo, e só haverá uma pequena parte de balneários, essa infraestrutura que ficará semienterrada, criando uma sobrelevação, é isso que está mais ou menos para ser feito, e não uma infraestrutura como um estádio. Coisas simples, totalmente integradas na natureza, dentro de pouco tempo, vamos ver se as coisas evoluem, se o concurso chega a bom porto, para a primeira fase o prazo que lá está não é muito extenso, para a totalidade da execução do projeto é quase um ano, mas para o masterplan, que no fundo é o que vai definir já toda a área, tem um prazo curto, 45 dias, de certeza que lá para o final do verão se tudo correr bem, setembro ou outubro devemos ter aqui alguma planta à nossa frente, para podermos pronunciarmo-nos sobre isso, e claro que o projeto vai ser acompanhado por nós, e daremos aqui os inputs que tivermos que dar.

Tranquilo, acho que está tudo bem encaminhado, temos que começar a pensar e eu vou começar a mandar fazer já. Estamos a trabalhar no Parque da Cidade, dentro de 15 dias devemos ter todas as avaliações, são 19 parcelas, já agora fica essa informação, a serem negociadas para o Parque da Cidade, primeira fase. Toda a zona Marginal, até à ponte de Fão, devemos ter essas avaliações dentro de 15 dias, e depois, vou tentar redirecionar a equipa, para aquela zona. Começarem a fazer o levantamento cadastral, para perceber qual é o universo ali de proprietários, para a primeira fase.

Mas isso está tudo em andamento, vamos agora aguardar pelo resultado do concurso público e ver qual é a equipa que vai desenvolver o projeto.

Relativamente aos 450 anos, foi apresentado o programa, para além do frio que foi um fator negativo e do vento, o resto correu tudo muito bem, está tudo a ser devidamente encaminhado, é só continuar a insistir junto das Juntas de Freguesia, para arranjam pessoas disponíveis para participar no desfile, que é a parte mais difícil, de resto a programação está a ser alavancada, tudo direitinho, o catálogo da exposição já foi validado, já tenho na minha secretária para validar também a publicação com a Carta Régia, está tudo a ser preparado, a obra está a andar a muito bom ritmo, ali em baixo frente às piscinas, para fazermos a requalificação da Praça D. Sebastião, está tudo a correr muito bem. Em princípio será





cumprido o prazo e poderemos inaugurar aquilo no dia 19 à tarde.

A apresentação do programa de verão, também foi um momento bastante interessante, com muita Juventude ali a assistir, na parte exterior das piscinas municipais.

Apresentamos um programa muito rico, o feedback que eu recebi foi bastante positivo e também foi um momento muito bom, com muita juventude, acho que acertamos no modelo agora, já fizemos de várias formas, a primeira vez que apresentamos o programa de verão, foi no Fórum Rodrigues Sampaio, e depois chegamos a fazer na Quinta da Barca, e já fizemos ali nas piscinas, num modelo um bocadinho diferente, mais restrito, mas penso que a forma correta é esta que fizemos este ano, que permite fazer um Sunset, permite abrir aquilo à juventude, eles acabam por ficar logo inteirados, em termos de redes sociais, de partilha, acaba por ser muito mais interessante, acho que é um modelo que se deve repetir para o futuro.”

De seguida o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora, Alexandra Roeger, tendo a mesma referido:

“Uma turma do 4º ano da Escola Básica de Góios recebeu uma menção honrosa pela replicabilidade de um projeto que elaboraram, no âmbito do “No Poupar está o Ganho”.

Foi um concurso a nível nacional, receberam esta menção honrosa, e ainda, um primeiro prémio com o trabalho “Twister da Educação Financeira”. Este é um projeto que em princípio, se tudo correr bem, a nível da CIM, será para continuar, e tem tido as melhores críticas por parte dos professores e de todos os envolvidos, em literacia financeira.”

O Senhor Presidente da Câmara passou ainda a palavra ao Senhor Vereador Rui Losa, para dar nota dos resultados desportivos, tendo o mesmo referido:

“Sobre o desporto, este fim-de-semana foi muito intenso, mas começo por dar nota e felicitar o esposendense Nuno Romano, que se sagrou campeão da CHAMPIONS OF SAUDI ARABIAN LEAGUE, pelo AlHilal Saudi FC. Parabéns pelo resultado obtido.

O GCDR Gemeses venceu, em Gemeses, a Prova do Campeonato Nacional de Esperanças III, sagrando-se Campeão Nacional de Clubes.

Parabéns ao clube, atletas, treinadores e pais pelo resultado obtido.

Felicitar igualmente o CN Fão que se sagrou vice-campeão, alcançando a 2.ª posição, felicitando os atletas, treinadores e pais pelos resultados obtidos.

Também de felicitar é a Associação Rio Neiva, os seus atletas e treinadores, pela sua participação e pelos resultados obtidos.

A atleta esposendense, Mia Soares, sagrou-se hoje, campeã nacional SUB16.

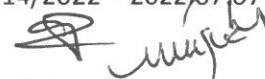
Parabéns pelo resultado obtido.

Dar ainda nota que, terminou com sucesso mais uma edição do Campeonato Concelhio Futebol Veteranos, pelo que, gostaria de prestar um agradecimento especial a toda a equipa que organizou e colaborou no campeonato, bem como de reconhecimento aos clubes, atletas, treinadores, diretores, árbitros e público em geral, que participaram e fizeram parte deste grande evento realizado em Esposende! A todos, os meus parabéns e em particular à equipa vencedora - ADE.

No dia do 15.º aniversário, 2 de julho, o Taekwondo Clube de Esposende, promoveu o 13.º Open Poomsae Esposende, que contou com 142 atletas. Um agradecimento especial ao Taekwondo Clube de Esposende pela excelente organização, bem como aos clubes, atletas, treinadores, diretores, árbitros e público em geral, que participaram e fizeram parte deste grande evento realizado em Esposende.

Terminado o Campeonato Nacional Esperanças III, realizado em Gemeses, quero felicitar o GCDR Gemeses pelo sucesso e excelente organização que, mais uma vez, demonstraram e que tem sido fundamental para a excelência a que habituaram os clubes participantes a merecer a sua confiança.





Uma palavra de reconhecimento aos clubes, atletas, treinadores, diretores, pais e público em geral, que participaram e fizeram parte deste grande evento em Gemeses - Esposende.

Realizou-se no passado fim-de-semana em Esposende, a 2ª Etapa do Circuito Nacional de Basquetebol 3x3. Numa organização conjunta da Federação Portuguesa de Basquetebol, Associação de Basquetebol de Braga, Câmara Municipal de Esposende e a Secção de Basquetebol da Associação Desportiva de Esposende, quero felicitar pelo sucesso e excelente organização que, mais uma vez, demonstraram e que tem sido fundamental para a excelência a que habituaram os atletas participantes a merecer a sua confiança. Uma palavra de reconhecimento aos atletas, pais e público em geral, que participaram e fizeram parte deste grande evento. A todos, os meus parabéns.

Também durante o fim-de-semana passado, realizou-se o VIII Encontro Nacional de Bicicletas Antigas de Marinhãs, que contou com cerca de 300 participantes. Parabéns ao Clube Bicicletas Antigas de Marinhãs, pela excelente organização, bem como aos clubes, participantes e público em geral, que participaram e fizeram parte deste grande evento realizado em Esposende.

Realizou-se igualmente a Bênção de Capacetes em Apúlia, na Frente Ribeirinha. Uma excelente iniciativa da Associação Moto Turística de Apúlia, que reuniu várias dezenas de participantes. Parabéns à Associação Moto Turística de Apúlia, pela excelente organização, bem como aos participantes e público em geral, que participaram e fizeram parte do evento.

Esposende, Naturalmente é Desporto.”-----

Pediu a palavra o Senhor Vereador Luís Peixoto, tendo referido:

“Começo pela canoagem e por reforçar uma vez mais aquilo que é a importância deste desporto no concelho e também no rio Cávado. Parabéns ao Gemeses e ao Fão.

Como se confirma que o Fão ficou em 2º lugar, temos o rio Cávado a ganhar ao rio Lima.

Mas na realidade, está consolidada a canoagem no concelho e espero que, esta consolidação no concelho, ultrapasse os limites do concelho e vá muito além-fronteiras e inclusive os limites de Portugal. Desejo sucesso para os campeões que daqui surgirem.

Eu vou referir-me primeiro às notas do Senhor Presidente e, tenho dúvidas, no que diz respeito à parte desportiva, ok, vai entrar depois em análise e discussão, vamos sempre a tempo de verificar as valências ou não, que possa ter. Eu tenho dúvidas e continuo a insistir no tema do Pavilhão Multiusos, eu oiço pouco falar dele, se está ainda previsto no âmbito deste mandato ou não, e onde é que ele irá ser enquadrado, porque realmente, está mais do que provado que precisamos de um com outra dimensão, para realizar uma série de eventos. E, não só, eventos culturais, espetáculos musicais, mas também eventos que tragam ainda mais dinamismo de nível nacional ou internacional, a modalidades de pavilhão. Nós somos capazes disso, temos bons comportamentos em modalidades de pavilhão a nível internacional, quer as seleções, quer alguns clubes, e portanto, será sempre interessante ter uma infraestrutura deste género, para cativar esse tipo de iniciativas.

No que diz respeito aos 450 anos de Esposende, eu deixo apenas aqui uma nota, provavelmente ainda se vai a tempo, estamos numa fase tardia, mas estamos numa fase em que na realidade temos que ter algum cuidado no que diz respeito aquilo que é o percentual de homens e mulheres em determinados palcos, e não ficou bem, ver que as conferências que vão ser feitas e elaboradas ao longo do ano, tenham sete ou oito homens, não os contei todos, a partir do momento em que vi que eram muito mais que as mulheres, parece que não estava lá nenhuma, e chamou-me a atenção. Eu acho que ainda se vai a tempo, provavelmente deve-se encontrar uma mulher, alguém que possa falar dum tema em particular, fica a nota e a observação.

Do programa de verão, eu não fui porque tinha outro compromisso, no entanto apercebi-me mais tarde que houve ali umas entradas pagas, sim ou não, gostaria de ter um esclarecimento





sobre isso.

Depois gostaria de colocar algumas questões relacionadas com as juntas de freguesia, portanto, estamos a menos de 6 meses, um pouco mais, daquilo que é o prazo limite para este expediente mais rápido das juntas de freguesia, eu gostaria de saber quais os processos que já deram entrada aqui na Comissão de Acompanhamento, quais os que estão em análise, quais os que estão prontos a ir novamente às Assembleias de Freguesia, porque realmente, vão ter que passar novamente pelas Assembleias de Freguesia, e que planos próximos temos, em termos de formalidades, quer de Assembleia de Freguesia, quer Assembleia Municipal extraordinária ou não. Podem no limite, a seguir às férias parlamentares, porque já não estou a ver esses processos a dar antes entrada na Assembleia da República.

Portanto, é uma preocupação que me assola, e vamos ter que correr contra o tempo.

Eu deixo aqui uma palavra de conforto aos familiares daqueles esposendenses falecidos naquele acidente brutal, na reta da Cruz Vermelha, inesperadamente, fica esta palavra de conforto.

Sobre a passagem do Clube Náutico e da forma como respondeu na altura, na Assembleia Municipal, eu não estou de acordo que diga que, tem que ser o Clube Náutico a responder às entidades superiores, o espaço e a área é da Câmara Municipal, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de fazer um ajuste de área, aumentando em mais de 800 m², isso ainda não foi justificado, eu continuo a aguardar essa resposta e agora mais no verão, queira imaginar, todos os dias me questionam como é que está o assunto, aqueles que, querem ter uma livre passagem pedonal por ali, e não estão a conseguir, criando muitas vezes situações de conflito.

Convinha que isto fosse esclarecido de uma vez por todas, porque há algum stress no ar.

E por fim, deixar aqui uma palavra, a D. Jacinta Ribeiro está ali, ela depois vai explicar o seu assunto, eu sobre este tema, queria deixar aqui várias notas, por um lado é a resiliência, resistência, o empreendedorismo, como já aqui foi falado, da senhora Jacinta, no querer desenvolver o seu negócio. Por outro lado, com base nesse esforço e nessa resiliência, e nesse empreendedorismo, de alguma forma caiu nas malhas de alguma indefinição. Ela convencida que estaria numa área da jurisdição da Câmara, tem deferimentos por escrito, da Esposende Ambiente, a dizer que por eles nada se passa, portanto pode estar ali. Claro que há que cumprir a lei, mas aqui, não se trata de cumprir a lei, trata-se realmente de definir claramente as competências sobre a área que elas estão a tentar ocupar e, de uma vez por todas, decidir o assunto, para bem ou para o mal da D. Jacinta, mas, que ela não ande aí nas malhas, que já anda há muitos anos.

Deixar uma palavra, do tema da vanguarda da Ooty, na realidade eu partilho dessas palavras que disse, é saudável para o concelho, temos que ter orgulho neste empreendedorismo, na realidade acaba por ser uma indústria daquelas que nós queremos aqui para o concelho, à semelhança de uma outra que já aqui foi falada em tempos, que tinha a ver com embalagens, ali para a zona de Vila Chã, produtos que vão ao encontro daquilo que são os objetivos das Nações Unidas, da sustentabilidade deste planeta, e o tema da Ooty também por aí passa. Aquelas soluções de casas modulares, também por aí passam, portanto, é um orgulho tremendo para o concelho ter esse investimento forte, tanto mais que depois vai ser aplicado a umas centenas de quilómetros daqui." -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Relativamente à questão do Pavilhão Multiusos, nós temos que tomar as decisões em função de um ponto de situação existente, se estivermos a falar apenas de desporto, nós temos que pôr em cima da mesa aquilo que já temos, e que tipo de infraestrutura temos.

O que é que nós temos?

Temos o pavilhão de Fão, que é efetivamente aquele que está em melhores condições para a prática desportiva e que precisa constantemente de investimento e vamos ter que fazer uma



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

R. Múgica

remodelação desse espaço, dando-lhe melhores condições, aliás temos vindo constantemente a fazer isso, fizeram-se lá um conjunto de intervenções para dar melhores condições aos atletas e ao público que lá vai, e para já, será uma casa a considerar, e não temos interesse em desmantelar ou outra coisa qualquer, temos sempre esta questão de equilíbrio financeiro das nossas decisões.

Depois, temos o problema que herdamos de Vila Chã, que é um pavilhão também com uma dimensão considerável e que está semiconstruído, porque está na parte da montagem, só da parte de pedreiro como nós designamos em construção civil, com o betão e as alvenarias, e com uma cobertura, que entretanto se colocou, mas falta qualquer coisa muito próxima de um milhão de euros, para terminar. Eu penso que já não é razoável voltar atrás, eu não concordo com a localização, como é evidente, acho que devia ser mais próximo da cidade, eventualmente próximo deste local onde vamos fazer este investimento, é verdade, embora ali o terreno não permita fazer esse tipo de construções, importa dizer isto desde logo, mas podia-se tentar encontrar, há ali uma zona com capacidade construtiva em Cepães, mas não está lá. A verdade é que, há mais de uma década começou a ser construído, e está em Vila Chã, junto ao campo de futebol de Vila Chã.

Lá estarão neste momento, qualquer coisa num valor superior a meio milhão de euros e tem uma coisa boa pelo menos, que é o facto de ter as dimensões suficientes, altura suficiente para provas internacionais, ao menos isso, o que não aconselha agora à demolição, e a perder esse investimento, e a gastar dinheiro na demolição, para construir uma coisa nova.

Se calhar, também numa lógica de coesão do território, para já, ainda faz sentido priorizar o pavilhão de Fão e o pavilhão de Vila Chã, também não tem que estar tudo na cidade.

E para além disto como é evidente, tentar potenciar os existentes nas escolas, nunca esquecendo isso, mesmo os pavilhões das escolas. Aliás, está previsto na intervenção a fazer na Escola Secundária, na segunda fase, a reabilitação do pavilhão e eventualmente até a ampliação, etc. Depois continuamos a ter o pavilhão da escola António Correia de Oliveira, e das Marinhas e por aí fora.

Aproveitar todas essas infraestruturas, até porque, em boa verdade, de acordo com a transferência de competências, esses espaços passam para a gestão municipal, portanto, nós acabamos por ter um conjunto de pavilhões ainda em número significativo, temos em Apúlia e depois temos estes que eu acabei de referir, ainda são uns 5 ou 6.

Sem prejuízo de um dia se pensar numa coisa de outra dimensão, mas neste momento, muito honestamente eu não me sinto com coragem, acho que não seria uma boa decisão, coragem não nos falta nas decisões, mas, não seria uma boa decisão, partir para uma coisa nova.

Acho que, melhorar o de Fão, dar-lhe melhores condições isso sim, eventualmente a melhoria deste da escola, pode ser uma mais-valia também, e tem uma boa localização junto à marginal, bons acessos, está previsto definir uma vedação que divida o espaço escolar, da zona do pavilhão, para que ele possa ter uma utilização independente e ter acesso pela marginal, sem as pessoas invadirem o espaço escolar no futuro, isso está previsto, já nessa ideia de poder eventualmente ser utilizado de outra forma, por aí resolvíamos o problema.

Quanto à questão mais concreta do Multiusos, e aqui Multiusos num contexto de ser um espaço de congressos, de reuniões, de concertos por exemplo, isso sim, isso está na nossa esfera, estamos a tratar desse processo, por acaso era para ter tido uma reunião ontem, não foi possível, mas penso que ocorrerá hoje, é um processo que está em andamento, há pessoas que foram contactadas, no sentido de perceber se há interesse em alavancar um investimento destes em Esposende, mas, retirando dali a componente desportiva que nunca funciona bem. Aliás, os exemplos que nós conhecemos, que tentam juntar o desporto às outras atividades, nunca corre muito bem, porque as características do edifício são completamente distintas, a acústica tem que ser tratada de outra maneira, e não é compaginável, porque depois acaba por se





deteriorar o espaço e nunca se pode dar aquele acabamento e aquela qualidade que é necessária. E depois, também ter um pavilhão, se nós precisarmos dele constantemente para esses eventos, depois não permite os treinos, acaba por nunca resolver. Quando muito dá para um evento anual, ou uma coisa dessas, mas não dá, para uma utilização regular, porque, esperemos nós que assim venha a ser, é preciso para outras coisas constantemente, para utilização quase semanal, vamos dizer assim, com uma boa programação de eventos que trouxesse gente a Esposende constantemente, para isso.

Isto também está a ser desenvolvido, mas uma coisa separada da outra, portanto, desporto é uma coisa, pavilhão Multiusos é outra.

Vamos ver, se tudo correr dentro do que nós desejamos, nós não temos qualquer tipo de fundos para isto, por isso é que eu também não tenho falado muito disto publicamente, não gosto de estar a criar expectativas às quais depois não possa corresponder, mas estamos a trabalhar. A ideia é nós conseguirmos criar um espaço, que possa eventualmente acolher até, a nossa Start Esposende, mais vocacionado para os negócios, para esse tipo de utilização. Os congressos, as feiras, coisas que fazem sentido em Esposende, as acessibilidades são muito boas, acho que podemos ocupar aqui um espaço bom nisto. Não é uma ideia nova, já pensei nisso há uns anos a esta parte, na altura chegou a fazer-se uma pesquisa do que havia aqui em redor, quais as salas que existiam, qual a utilização que tinham, e tentar perceber qual é que podia ser o nosso papel, vamos dizer assim, em termos regionais. Não nos podemos esquecer que temos o pavilhão Rosa Mota, temos o Altice Fórum em Braga, temos em Viana também aquele espaço junto ao rio, portanto, temos que perceber qual é o papel que podemos desempenhar aqui, mas eu penso que podemos ter aqui uma coisa, foi anunciado um grande investimento em Caminha aqui há uns anos, se forem procurar à internet, aquilo acho que não deu em nada, e foi anunciada com poupa e circunstância pelo Miguel, com um acordo com investidor, mas aquilo nunca resultou, e também pareceu-me completamente descabido, lá está, muito fora da zona do Porto, muito longe do aeroporto, começa a ter alguns handicaps que nós não temos.

Estamos muito focados nisto, e pode ser que, se estes contactos surtirem efeito, já contactei muitos potenciais investidores, agora estamos aí numa situação que pode eventualmente ter resultados positivos. Se for só com dinheiro da Câmara, não é possível, não vale a pena sonhar com isso, a não ser que haja fundos comunitários direcionados para estas coisas, e aí se possa avançar com este investimento.

De resto, relativamente à questão das conferências, eu registo de facto isso, só tem homens, mas espero que o critério não tenha sido esse, quem indicou as pessoas foi o Dr. Neiva, e foi numa perspetiva histórica, de conhecimento intrínseco de todas as temáticas que vão ser abordadas, não foi certamente com esse critério, mas registo isso, vamos tentar compensar no mínimo, noutras coisas, mas foi uma coisa que nos passou um bocadinho ao lado, essa questão porque, foi focado no conhecimento e no mérito, que eu acredito que os conferencistas tenham, portanto, não fomos pelo lado do, tem que ter aqui duas ou três mulheres, não pensei nisso muito honestamente. Não fui eu que escolhi as pessoas, demos essa liberdade ao Dr. Penteadinho Neiva, para encontrar as pessoas com conhecimentos sobre aquela matéria, mas sem prejuízo obviamente de termos mulheres, claro que há pessoas também certamente capacitadas para fazerem isso, mas lá está, tentaremos compensar aqui com um evento só de mulheres."-----

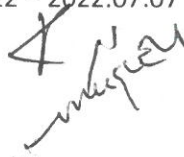
De seguida o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador, Guilherme Emílio, tendo o mesmo referido:

“Relativamente ao processo de desagregação de freguesias, a Comissão tem estado a trabalhar com afinco e empenho, e já recebemos para pedido de avaliação, os processos de 4 Uniões de Freguesia;

Esposende, Marinhas e Gandra;

Belinho e Mar;





Apúlia e Fão;

Palmeira de Faro e Curvos.

Sendo que também já nos deram informação que entretanto o processo de Fonte Boa e Rio Tinto também será submetido para apreciação pela Comissão.

Neste período, a Comissão teve já oportunidade de fazer a identificação daqueles que são os erros, as debilidades e as fragilidades dos documentos. Podemos dizer que em termos financeiros e económicos, é onde se verificam as maiores fragilidades, e já foram identificados também os pontos que são considerados relevantes no apoio aquela que será a justificação do erro manifesto com prejuízo para as populações, e, relativamente a esses pontos relevantes e à estrutura do documento, que se pretende que seja de forma harmonizada entre todos, já foi pedido às Uniões de Freguesia, no que diz respeito à parte económico-financeira, que tragam ao processo alguns documentos complementares para análise, e, na próxima semana, faremos uma reunião técnica, no sentido de dar a indicação daqueles que devem ser os documentos a trazer e as informações complementares, a trazer ao processo, do ponto de vista das peças escritas. Há aqui duas ferramentas e dois documentos onde nos estamos a basear e que consubstanciam acho eu, um apoio importante, que é o documento verde da Administração Local, que teve origem em 2013 com o processo de agregação, ou seja, se nós conseguirmos por via desse documento contrariá-lo, com peças complementares, ou informação complementar, conseguiremos chegar a alguma informação relevante que permita justificar esse erro manifesto, e o prejuízo para as populações, e também outra ferramenta que tipifica as freguesias.

Com a criação desta estrutura a harmonizar, com o acréscimo desta informação complementar, penso que estaremos depois em condições de fazer a análise final e tratamento total da informação, para que, tão breve quanto possível, com a informação de facto importante que este processo exige, e queremos que os documentos sejam produzidos com o maior detalhe e maior rigor possível, estarmos em condições de depois os devolvermos às Assembleias de Freguesia, para que sejam apreciados pelas Assembleias de Freguesia.

Como diz e muito bem, não será naturalmente neste período de interrupção dos trabalhos parlamentares que os documentos estarão concluídos, mas estamos em crer que, durante o início do terceiro trimestre, este processo estará concluído, para que seja depois submetido, de forma a cumprir toda a tramitação a que está obrigado, e seja entregue à Assembleia da República com o tempo necessário, e será com muito tempo, para que seja analisado com o devido rigor, por parte da Assembleia da República.

Aquilo para que estamos a apontar para o tratamento da informação, a compilação, assim que ela chegar à Comissão e por isso, no início do terceiro trimestre penso que estará concluído este processo aqui no concelho.

Eu acredito com toda a sinceridade que vamos chegar a um momento em que vamos conseguir conciliar todos os processos.

Acho que nos ficaria bem e é vontade do Senhor Presidente que se faça até uma Assembleia extraordinária, específica só para tratar este assunto.”

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra, nos seguintes termos:

“Aquilo que está na lei é que nós tínhamos que iniciar o processo até dezembro, basta as deliberações das Assembleias de Freguesia, para cumprir a lei, só que nós já definimos que não, nós queremos é entregar tudo na Assembleia da República até ao final do ano. Mas não é isso que está na lei, nós já estamos a antecipar claramente todo esse processo, nós devemos ser o município que está mais avançado nesta matéria, eu vou vendo aí um ou outro a tocar neste assunto, mas é bom que nós sejamos os primeiros, eu também me sinto orgulhoso pelo município por isso, nós sempre tivemos esse posicionamento, portanto vamos andar com isto para a frente, mas com juízo. E entregar até ao final do ano, sendo que não é necessário que



Handwritten signature

assim seja, mas vamos fechar o processo. Da nossa parte fica resolvido, e depois vamos esperar pela evolução da Assembleia da República, que, logo se vê o que é que de lá vem, face ao posicionamento que os vários partidos terão em relação a essa matéria.

Da nossa parte ficamos de consciência tranquila, fazer tudo o que for possível e fechar, mas a lei nem sequer isso diz, esse aspeto está mais do que claro, o processo inicia-se com as deliberações das Assembleias de Freguesia, segundo o Dr. Carlos Batalhão nos disse, e será assim.

Espero é que eles não atrasem o processo para além dessa data, porque era bom que o próximo ato eleitoral autárquico, já fosse feito com as freguesias separadas, isso implica que eles tomem decisões um ano antes, para as pessoas se poderem organizar.

Quanto à questão da passagem do Clube Náutico eu já tenho dificuldade em falar disto, porque estou em falta consigo, mas vamos tentar que na próxima reunião de câmara haja uma resposta concreta em relação a esta matéria, peço-lhe essa paciência, mas vamos ver esta situação de uma vez por todas, o que é que se passa com a área do terreno, porque é que foi alterada a área na altura, e o que é que se passa em relação à livre passagem ou não, em frente ao espaço.

Quanto à questão da D. Jacinta, no momento próprio, no período de intervenção do público falaremos dela.”

Não se verificaram mais intervenções neste período.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

01 - BALANCETE:

Foi presente o Balancete da Tesouraria, relativo ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos:

CÂMARA MUNICIPAL

em cofre, na Tesouraria: -----	4.161,25€
Fundos Permanentes:-----	4.550.00 €
Depósitos à ordem: na Caixa Geral de Depósitos -----	4.430.167,23€
no Crédito Agrícola -----	1.202.902,16€
no Novo Banco -----	38.663,73€
no Banco Português de Investimento -----	9.852,98€
no Banco BIC -----	804.869,19€
no Banco Santander Totta -----	96.381,16€
no Banco Millennium BCP -----	525.054,86€
SUB- TOTAL -----	7.116.602,56€

Depósitos a Prazo

Banco BIC – BIC -----	1.500.000,00€
-----------------------	---------------

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Em cofre, na Tesouraria -----	238,92€
Depósito à ordem na Caixa Geral de Depósitos -----	1.346.136,84€
Depósito à ordem no Banco BIC -----	1.343.198,49€
Depósito à ordem no Banco Santander Totta -----	0,00€
SUB- TOTAL -----	2.689.574,25€
TOTAL -----	11.306.176,81€



R. M. M. M.

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Vereador Luis Peixoto questionou se o pagamento que aparecia no Balancete à Cooperativa Agrícola, se referia à destruição de ninhos de vespas, tendo solicitado que lhe fosse facultada a listagem como habitualmente.-----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02 – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 13/2022, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2022 – PROPOSTA.-----

Foi presente a ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2022.-----

03 – ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS: _____

03.01 – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS: _____

03.01.01 – ISENÇÃO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO.-----

Foi presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“A Assembleia Municipal de Esposende deliberou, em 30 de novembro de 2015, a revogação das disposições contidas no artigo H-15.º do Código Regulamentar do Município de Esposende e a aprovação de medidas provisórias para as isenções de taxas dependentes de pedido, designadamente as efetuadas por associações religiosas, culturais, desportivas e recreativas, instituições particulares de solidariedade social, escolas e agrupamentos de escolas, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visassem a prossecução dos respetivos fins estatutários.

Tendo presente o supra referido, e uma vez que foram requeridas autorizações / licenças melhor identificadas no mapa anexo num curto espaço de tempo, de forma a permitir a entrega das mesmas antes da realização do evento, foram-me os pedidos de isenção de taxas remetidos para efeitos de isenção, tendo eu procedido à respetiva autorização ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, solicita-se que a Câmara Municipal delibere ratificar os pedidos de isenção de taxas constantes do mapa anexo, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, dando conhecimento da deliberação àquele Órgão Deliberativo.” Segue data e assinatura. Fica arquivada cópia da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:



Amélia

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR AS ISENÇÕES DE TAXAS CONCEDIDAS E AUTORIZADAS PELO SENHOR PRESIDENTE, CONSTANTES DOS DOCUMENTOS ANEXOS À PROPOSTA, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----
MAIS DELIBEROU, REMETER A PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.-----

03.01.02 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS - PROPOSTA.-----

Foi presente a Proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“A Assembleia Municipal de Esposende deliberou, em 30 de novembro de 2015, a revogação das disposições contidas no artigo H-15.º do Código Regulamentar do Município de Esposende e a aprovação de medidas provisórias para as isenções de taxas dependentes de pedido, designadamente as efetuadas por associações religiosas, culturais, desportivas e recreativas, instituições particulares de solidariedade social, escolas e agrupamentos de escolas, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visassem a prossecução dos respetivos fins estatutários.

Tendo presente o supra referido, e uma vez que foram requerida as autorizações/licenças em anexo, solicita-se que a Câmara Municipal delibere conceder isenção de taxas para os pedidos melhor identificados no mapa anexo, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, dando conhecimento da deliberação àquele órgão deliberativo.” Segue data e assinatura. Fica arquivada cópia da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER ISENÇÃO DE TAXAS PARA OS PEDIDOS CONSTANTES DO MAPA ANEXO À PROPOSTA, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----
MAIS DELIBEROU, REMETER A PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.-----

04 – URBANISMO E POLÍTICA DE SOLOS: _____

04.01 – OBRAS PARTICULARES: _____

04.01.01 – RECEÇÕES PROVISÓRIAS: _____

04.01.01.01 - PROCESSO Nº 391/2018 – RUI MIGUEL FERREIRA BARBOSA. – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA – AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO – PROPOSTA.-----



Handwritten signature

Foi presente o auto de vistoria e a informação técnica n.º DGU/43363/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, na qual se dá a conhecer a realização da vistoria para efeitos de receção provisória das obras de urbanização referentes ao processo de licenciamento de operações urbanísticas supra referenciado, para efeitos de homologação do respetivo auto, bem como informa da possibilidade de, em caso de homologação daquele auto, se proceder à receção provisória das obras de urbanização e redução da caução para 10% do seu valor, ou seja 210,00 € (duzentos e dez euros) até à sua receção definitiva, pelo que podem ser restituídos ao requerente 1 890,00 € (mil oitocentos e noventa euros). Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----
Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UM VOTO CONTRA, HOMOLOGAR O AUTO DE VISTORIA E RECEBER PROVISORIAMENTE AS OBRAS DE URBANIZAÇÃO, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

MAIS DELIBEROU AUTORIZAR A REDUÇÃO DA CAUÇÃO APRESENTADA, PARA 10% DO SEU VALOR, OU SEJA 210,00 € (DUZENTOS E DEZ EUROS) ATÉ À RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO, PELO QUE PODEM SER RESTITUÍDOS AO REQUERENTE 1.890,00 € (MIL OITOCENTOS E NOVENTA EUROS).-----

Votou contra o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: *“Está em discussão a transposição de uma norma Europeia, que é o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, e será transposto para legislação. Eu acabei por ser ouvido no dia 29, numa Comissão Parlamentar sobre esse assunto, derivado das funções que tenho numa associação de telecomunicações, e o tema do sistema de informação de infraestruturas aptas, que a ANACOM lançou, e que obriga ao cadastro das redes de telecomunicações, vai obrigar de alguma forma, a uma certa responsabilidade por parte dos municípios, nesse cadastro e no cuidado a ter com as redes de telecomunicações, sejam as tubagens e as caixas, ou as próprias cablagens. E, mais uma vez neste processo, os técnicos que lá foram, seguiram a pauta e viram e muito bem, que não há lá infraestruturas da Esposende Ambiente, não há infraestruturas da E-redes, e em relação às telecomunicações nada dizem. O que se pede é que, haja aqui esta preocupação neste critério, que mais tarde ou mais cedo vai ser uma obrigatoriedade, e por isso o meu voto Contra.”*-----

04.01.02 – TAXAS: _____

04.01.02.01 - PROCESSO Nº 514/79 – RUI MANUEL LIMA MIRANDA – GANDRA (EXTINTA) - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º DGU/25267/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, o requerente vem solicitar isenção do pagamento das taxas municipais, por razões económicas, o qual foi objeto de análise e emissão de parecer interno do Serviço de Habitação e Intervenção Social, de acordo com o qual, se entende estar demonstrado o devido enquadramento previsto na alínea g) do nº 5 das Medidas Provisórias aprovadas em reunião da Assembleia Municipal de 30 novembro 2015. O valor da redução das taxas de licenciamento a conceder será de 30% (135,86€) e da taxa municipal de



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

[Handwritten signature]

infraestruturas até 100% (até 522,06€). Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER REDUÇÃO DE TAXAS DE LICENCIAMENTO NO VALOR DE 135,864 €, E ISENÇÃO DE TAXA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURAS NO VALOR DE 522,06 €, NUM TOTAL DE 657,92€ (SEISCENTOS E CINQUENTA E SETE EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----
MAIS DELIBEROU, REMETER A PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.-----

04.01.02.02 – PROCESSO Nº 320/2022 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FÃO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º DGU/41951/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, a requerente vem solicitar isenção de taxas municipais referentes à ocupação da via pública (obras de conservação de fachada). A isenção pedida está prevista na alínea a) do nº 1 das Medidas Provisórias que alteram o Código Regulamentar do Município de Esposende, conforme deliberação da AM de 30 novembro 2015, pelo que, pode o pedido ser considerado. A isenção corresponde ao montante de 225,00 € (duzentos e vinte e cinco euros). Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER ISENÇÃO DE TAXAS PARA O PEDIDO CONSTANTE DA PROPOSTA, NO MONTANTE DE 225,00€ (DUZENTOS E VINTE E CINCO EUROS), AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----
MAIS DELIBEROU, REMETER A PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.-----

04.01.03 – RUINAS:-----

04.01.03.01 - PROCESSO Nº 1116/2011 – GABRIEL DE MORAIS CATARINO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO – AUTO DE VISTORIA – PROPOSTA.-----

Foi presente o auto de vistoria e a informação técnica n.º DGU/544211/2022, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, na qual se dá a conhecer a realização



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

da vistoria para efeitos de atualização do cadastro de prédios urbanos degradados, da qual constam os trabalhos necessários e urgentes a realizar pelo proprietário, concedendo 30 dias para o início dos mesmos, os quais deverão ficar concluídos 30 dias após o seu início. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, HOMOLOGAR O AUTO DE VISTORIA, E ORDENAR NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 89º DO DL 555/99 DE 15.12 ALTERADO E REPUBLICADO PELO DL 136/2014 DE 09.09, A NOTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO PARA NO PRAZO DE 30 DIAS INICIAR OS TRABALHOS NECESSÁRIOS E URGENTES À REPOSIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA QUE CONSTAM DO AUTO DE VISTORIA Nº 17/2022, OS QUAIS DEVEM FICAR CONCLUÍDOS DECORRIDOS 30 DIAS SOBRE O SEU INICÍO, COM O FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----

04.02 – OBRAS PÚBLICAS: _____

04.02.01 – RECEÇÕES DEFINITIVAS E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO: _____

04.02.01.01 – 4/15 – “PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS” - AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO – PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º 151/DOM/2022, de 28 de junho, prestada pelos serviços da Divisão de Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Definitiva, datado de 03 de junho de 2022, no qual se dá a conhecer que foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que os mesmos se encontram concluídos em conformidade com o projeto e caderno de encargos correspondentes e em condições normais de perfeição e segurança, pelo que podem os trabalhos ser rececionados definitivamente, bem como libertada a caução. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E RECEBER DEFINITIVAMENTE OS TRABALHOS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

MAIS DELIBEROU ORDENAR A LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----



F. M. Silva

04.02.01.02 – 2/09 – “EXECUÇÃO DE PLATAFORMA NA BOUÇA DA AFURADA - CURVOS” - AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO – PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º 152/DOM/2022, de 28 de junho, prestada pelos serviços da Divisão de Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Definitiva, datado de 03 de junho de 2022, no qual se dá a conhecer que foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que os mesmos se encontram concluídos em conformidade com o projeto e caderno de encargos correspondentes e em condições normais de perfeição e segurança, pelo que podem os trabalhos ser rececionados definitivamente, bem como libertada a caução. Ficam arquivadas cópias dos mesmos junto à minuta da ata da presente reunião, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E RECEBER DEFINITIVAMENTE OS TRABALHOS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

MAIS DELIBEROU ORDENAR A LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----

04.02.02 – RECEÇÕES PROVISÓRIAS: _____

04.02.02.01 – 51/21 - “REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO CAMPO S. MIGUEL – PALCO – MARINHAS” – AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA - PROPOSTA.-----

Foi presente a informação técnica n.º 153/DOM/2022, de 28 de junho, prestada pelos serviços da Divisão de Obras Municipais desta Câmara, bem como Auto de Receção Provisória, datado de 25 de maio de 2022, no qual se dá a conhecer que tendo sido entregues as telas finais, foram vistoriados todos os trabalhos da obra, tendo-se verificado que foram cumpridas todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro de forma integral e perfeita e que foi executado o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição corretamente, pelo que podem os trabalhos ser rececionados provisoriamente. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

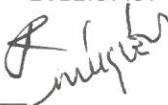
Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, HOMOLOGAR O AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E RECEBER PROVISORIAMENTE OS TRABALHOS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO TÉCNICA, COM A QUAL CONCORDA.-----

Absteve-se o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto.-----





05 – APOIO A ORGANISMOS E INSTITUIÇÕES: _____

05.01 – JUNTAS DE FREGUESIA: _____

05.01.01 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE JUNHO DE 2022 – RATIFICAÇÃO.-----

Foi presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“Em cumprimento do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia – Regulamento n.º 254/2015, publicado no Diário da República, 2ª série – N.º 94 de 15 de maio de 2015, informo que no decorrer do mês de junho de 2022, recebemos pedidos de colaboração não financeiros de apoio às Juntas de Freguesia.

Algumas solicitações tiveram carácter de urgência e as restantes só agora foram possíveis de quantificar em termos de valoração.

Foram feitas as respetivas estimativas de custos associados a cada intervenção, os quais foram autorizados de acordo com o mapa anexo.

As intervenções foram realizadas e acompanhadas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, de forma a avaliar o seu cumprimento e eficácia.

Tendo presente o referido anteriormente, em cumprimento do n.º 4 do artigo 10.º do referido Regulamento, proponho à Câmara Municipal a ratificação dos apoios autorizados, conforme grelha anexa.” Segue data e assinatura. Fica arquivada cópia da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A ATRIBUIÇÃO DOS APOIOS CONSTANTES DO MAPA EM ANEXO À PROPOSTA APRESENTADA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FORAM EFETUADOS.-----
MAIS DELIBEROU, REMETER A PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.-----

06 – OUTROS ASSUNTOS: _____

06.01 – TERMO DE ADESÃO À REDE DE APOIO AO INVESTIDOR DA DIÁSPORA (PNAID) – PROPOSTA.-----

Foi presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“É incumbência dos Municípios promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência que decorre da alínea ff) do número 1 do artigo 33.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Considerando que o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020, de 18 de agosto, visa conferir um acompanhamento mais sistematizado e institucional ao potencial estratégico das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, através de uma abordagem integrada, multidisciplinar, abrangente e sustentável.



A. Marques

Considerando que constitui mais um instrumento de afirmação internacional do concelho de Esposende e de desenvolvimento do tecido económico e empresarial do país e dos seus territórios, bem como, de promoção da coesão territorial, combate às desigualdades, valorização dos territórios, dos produtos endógenos, permitindo atrair investimento e pessoas, e internacionalizar os produtos e serviços.

Considerando que é dirigido a emigrantes portugueses e lusodescendentes que queiram investir ou alargar a sua atividade económica em Portugal, bem como a empresas nacionais que queiram internacionalizar os seus negócios através da diáspora.

Neste sentido, ao abrigo da al. ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho à Câmara Municipal a assinatura do termo de adesão à Rede de Apoio Ao Investidor da Diáspora, cujo documento na sua versão integral, segue anexo à presente Proposta.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Vereador Sérgio Mano foi feita uma breve apresentação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AUTORIZAR A OUTORGA DO TERMO DE ADESÃO À REDE DE APOIO AO INVESTIDOR DA DIÁSPORA (PNAID), NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI PROPOSTO E COM OS QUAIS CONCORDA.-----

06.02 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A CÂMARA DE COMÉRCIO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PORTUGAL-CHINA - PROPOSTA.-----

Foi presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor:

“É incumbência dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, ao nível da promoção do desenvolvimento, mormente relacionado com o progresso económico do concelho através da captação de investimento e de investidores, aliás em conformidade com a alínea m) do número 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Considerando que, o desenvolvimento económico é uma matéria de extrema importância para o Município de Esposende, porquanto representa um pilar de desenvolvimento integrado e de crescimento económico.

Considerando que, o paradigma de crescente inovação aberta e de coopetição assumem um papel determinante no desenvolvimento de atividades promotoras e valorizadoras da economia e cultura do concelho, afigurando-se fulcral, para o efeito, a cooperação com outras entidades para que sejam alcançados os almejados fins, constituindo pretensão da autarquia o desenvolvimento de uma estratégia fomentadora da atratividade e investimento ao nível concelhio, chamando ao território vários players.

Considerando que, A CCPC-PME tem como missão institucional o fomento e dinamização das relações económicas e comerciais entre a República Portuguesa e a República Popular da China, entre empresas e instituições dos dois países numa base de interesse mútuo.

Considerando que, através do Protocolo de Cooperação, o Município e a CCPC-PME colaborarão ativamente com o objetivo de promover a internacionalização das empresas com



F. Ribeiro

base na especialização produtiva da região e tendo em vista a promoção da projeção internacional da região junto dos mercados alvo definidos.

Considerando que, o Protocolo visa a definição dos princípios que orientam a cooperação bilateral relacionada com a criação de oportunidades de negócio bilaterais Portugal-China.

Propõe-se à Câmara Municipal que, ao abrigo da alínea r), do número 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprove a minuta de Protocolo de Colaboração, que se remete em anexo à presente proposta e da mesma faz parte integrante, a celebrar entre o Município de Esposende e a Câmara d Comércio de Pequenas e Médias Empresas Portugal-China.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Vereador Sérgio Mano foi feita uma breve apresentação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AUTORIZARA OUTORGA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A CÂMARA DE COMÉRCIO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PORTUGAL-CHINA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI PROPOSTO E COM OS QUAIS CONCORDA.-----

07 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

---Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto nos números um e dois do artigo quadragésimo nono do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo quarto do Regimento, tendo-se verificado a inscrição da Senhora Jacinta Ribeiro, que depois de autorizada pelo Senhor Presidente da Câmara, fez a sua intervenção, referindo ter apresentado em tempos à Câmara, requerimento a solicitar licença para poder vender a sua mercadoria no espaço do anterior Bari Bar em Apúlia, pensando que aquele espaço era da Câmara. Mais referiu que, a Câmara nunca lhe disse, como deveria ter dito, tinha essa obrigação, que aquele espaço não era da sua jurisdição, mas sim, da APA.

Mais referiu que, até 2021 aquele espaço marítimo estava sobre o domínio da APA, a quem competia o seu licenciamento, pelo que, se dirigiu imediatamente à Junta de Freguesia e falou com o agora Senhor Vereador, que se prontificou a retirar todos os impedimentos para que pudesse lá trabalhar. Contudo, nem à Junta de Freguesia foi dito que aquele espaço pertencia à jurisdição da APA.

Referiu ainda, ter apresentado a declaração emitida pela Junta de Freguesia, tendo a mesma sido ignorada pela Câmara. Mais acrescentou que, em 2019, já depois de a Câmara assumir que não tinha competência para licenciar aquilo, comunicou com a APA, que lhe respondeu prontamente. A partir desse momento, a sua perseguição começou a ser muito mais atroz. Em finais de julho, a GNR levou-lhe a mercadoria toda e a ela própria, ilegalmente detida, inventando um processo de injúrias contra ela, para justificar o facto de a levarem ilegalmente detida.

Referiu ainda, que a Senhora Vice-Presidente pediu, em representação da Câmara, pareceres, e informou que havia espaços disponíveis onde poderia vender. Havia dois lugares já ocupados, ou seja, a Câmara queria continuar a persegui-la e por isso dava informações falsas. Apresentou





à APA, que sempre teve uma postura transparente, todas as provas que desmentiam as falsas declarações apresentadas. Acrescentou que, a Câmara demorou mais de um mês a emitir um parecer positivo. Há cerca de dois meses a esta parte, apareceu gente do tribunal em sua casa, um oficial de justiça e dois GNR, com multas de contra ordenações ilegais que a Câmara se dignou enviar para o Tribunal. Com um processo de execução do Ministério Público, quando a Câmara sabe que aquele espaço público não estava abrangido pelas competências da Câmara. Face ao exposto, solicitou que a Câmara seja capaz de retirar estas ilegalidades todas, que foram apresentadas contra si.-----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o facto de a senhora ter vindo à Reunião de Câmara, tendo referido:

“Eu ouvi-a com todo o respeito e com toda a paciência e queria deixar algumas notas, a senhora queixou-se da Câmara, da ação da GNR, do Juiz também, a senhora tem que pensar que, se cometer um ato ilegal, mesmo que haja alguma injustiça que esteja a ser praticada, se cometer um ato ilegal, vai sempre padecer desse tipo de situações, sabe que vai ter consequências.

De qualquer forma, se a senhora acha que tem razão, com certeza tem direito a apoio judiciário e alguém a irá defender com toda a certeza. E não é a Câmara que levanta os Autos, é a GNR e nós não podemos ignorar os Autos que a GNR nos manda.”-----

Após várias tentativas infrutíferas de esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara, devido às sucessivas interrupções por parte da D. Jacinta, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Sérgio Mano, tendo o mesmo referido:

“A Câmara Municipal teve sempre uma porta aberta para a D. Jacinta, eu próprio recebi-a várias vezes no meu gabinete, isto é um processo que já vem de trás, eu expliquei-lhe porque é que a GNR e os meus antecessores a fiscalizavam, porque aquele lugar não era um ponto de venda ambulante.

É normal qualquer Junta passar essa declaração a dizer que não vê inconveniente, mas quem autoriza e licencia é o Município, é uma competência do Município.

Eu expliquei-lhe várias vezes que aquilo podia ser domínio hídrico marítimo, mas tinha que ter sempre parecer da Câmara. Foi enviado parecer para a APA, a APA não pode licenciar uma atividade sem concordância da Câmara.”-----

Face às interrupções constantes por parte da D. Jacinta, não foi possível prestar todos os esclarecimentos como pretendido.-----

Não se verificaram mais intervenções neste período.-----

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da ata da presente reunião, que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo onze horas e quarenta minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.-----

---E eu, Mafalda Sofia Miguelis dos Santos Ferreira, Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi e subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião. -----

